

MÉXICO: PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (2013-2018)

Jorge Carlos Díaz Cuervo¹

No México, o planejamento do desenvolvimento nacional foi definido como o eixo articulador das políticas públicas levadas a cabo pelo governo da república, ao mesmo tempo em que é fonte direta da democracia participativa por meio da consulta com a sociedade. No Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2018 (PND), convergem ideias e visões, assim como propostas e linhas de ação para impulsionar o México, de modo a atingir seu potencial máximo. A constituição, assim como a lei de planejamento estabelece que corresponde ao estado a tarefa do desenvolvimento nacional, de forma a garantir que este seja integral e sustentável, para fortalecer a soberania da nação e seu regime democrático, e, para que, mediante o incentivo ao crescimento econômico e o emprego, melhore a equidade social e o bem-estar das famílias.

O Plano Nacional de Desenvolvimento é o documento de trabalho que rege a programação e orçamentação de toda a administração pública federal. De acordo com a lei de planejamento, todos os programas setoriais especiais, institucionais e regionais que definem as ações do governo devem ser elaboradas conforme o plano. É também um exercício de previsão que convida a cidadania a pensar sobre os desafios e oportunidades que o país enfrenta e sobre o trabalho em conjunto que devem fazer como sociedade para alcançar um maior desenvolvimento nacional. Particularmente, o PND foi forjado como um canal de comunicação do governo da república, que transmite a toda a cidadania a visão e estratégia de governo de uma forma clara, concisa e mensurável.

O PND considera que a tarefa do desenvolvimento e do crescimento corresponde a todos os atores, setores e a todas as pessoas do país. O desenvolvimento não é dever de um só ator, nem tampouco de um tão central como o é o Estado. O crescimento e desenvolvimento surgem de baixo para cima, quando cada pessoa, cada empresa e cada ator da sociedade são capazes de fornecer sua máxima contribuição. Também expõe a trajetória que o governo da república traçou de forma a conseguir que o México alcance seu potencial mor, estabelecendo cinco metas nacionais: México em paz, México inclusivo, México com educação de qualidade, México próspero e um México com responsabilidade global.

1. Diretor-geral de Desenvolvimento Regional. Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Territorial e Urbano (Sedatu-México).
E-mail: jorge.diaz@sedatu.gob.mx.

Também são apresentadas estratégias transversais para democratizar a produtividade, para alcançar um governo próximo e moderno e para que haja uma perspectiva de gênero em todos os programas da administração pública federal.

QUADRO 1
Esquema do PND (2013-2018)

Objetivo geral	Levar o México ao seu potencial máximo				
Metas nacionais	I. México em paz	II. México inclusivo	III. México com educação de qualidade	IV. México próspero	V. México com responsabilidade global
Estratégias transversais	Democratizar a produtividade				
	Governo próximo e moderno				
	Perspectiva de gênero				

Fonte: Programas regionales de desarrollo del Norte, Centro y Sur-Sureste (2014-2018).

Por outro lado, o desenvolvimento nacional encontra-se no contexto particular que vivem os países em um momento determinado. As circunstâncias históricas, políticas, sociais e culturais convergem nas estratégias e possibilidades para o nível de desenvolvimento atual.

No caso do México, o planejamento do desenvolvimento está incluído no contexto internacional do momento, pela história e evolução recente da economia do país. As novas tecnologias da informação facilitaram a comunicação e coordenação de esforços, e mostram um caminho irreversível em direção a uma relação renovada entre cidadania e governo, que deve caracterizar-se pela eficiência e transparência.

De outra forma, a mudança na arquitetura geopolítica representa uma oportunidade para os países em vias de desenvolvimento. Novas dinâmicas de crescimento econômico e transformações na política interna, que afetam várias nações desenvolvidas abrem uma janela de oportunidades, por meio da qual os países emergentes passam a ter um papel importante.

O México seguiu, por várias décadas, uma política econômica responsável que contribuiu para a estabilidade macroeconômica do país. Não obstante, o Plano Nacional de Desenvolvimento parte do reconhecimento de um feito incontestável: nas últimas décadas, o crescimento da economia foi suficiente para elevar as condições de vida de todos os mexicanos e para reduzir os níveis de pobreza de uma forma sustentável.

O país enfrenta barreiras que limitam seu desenvolvimento, de modo que a produtividade econômica não teve, nos últimos tempos, dinamismo suficiente, uma consequência da crise pela qual passou a economia, e das barreiras ainda existentes. Estas barreiras podem ser classificadas em cinco grandes temas: força institucional, desenvolvimento social, capital humano, igualdade de oportunidades e projeção internacional.

Para combater as barreiras, é necessária a consolidação de uma fortaleza institucional. Apesar dos grandes avanços alcançados, o marco institucional da democracia mexicana atual deve ser aperfeiçoado, para, de fato, representar adequadamente os interesses de toda a população. A evidência mostra com clareza que os países que se desenvolveram são aqueles com instituições sólidas e inclusivas. Quando estas não existem ou são insuficientes, a capacidade de atuação cidadã fica limitada na demanda por seus direitos, da mesma forma em que diminui a força dos cidadãos de fazer frente às distorções na economia, que afetam seus bolsos e permitem a subsistência de bens e serviços pouco produtivos e comercializados com práticas competitivas.

Por conseguinte, o Plano Nacional de Desenvolvimento guia todas os órgãos da administração ao alinhar todos os programas setoriais, institucionais, regionais e especiais em torno de conceitos, tais como democratizar a produtividade, um governo próximo e moderno, assim como a perspectiva de gênero.

Atualmente, a administração liderada pelo presidente Enrique Peña Nieto aborda os diferentes desafios que o país enfrenta como mencionado anteriormente, a partir da recuperação de uma perspectiva regional do desenvolvimento, que dê coerência e enquadramento mínimo às políticas de ordenamento territorial e de desenvolvimento urbano, para permitir que seu máximo potencial seja alcançado.

Por isso, o congresso da união reformou a lei orgânica da administração pública federal para criar a Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Territorial e Urbano (Sedatu), direcionada à proposta de planejamento do desenvolvimento regional, em conformidade com os objetivos e estratégias do Plano Nacional de Desenvolvimento; e dando faculdades à direção-geral de desenvolvimento regional, dependente da subsecretaria de desenvolvimento urbano e moradia, para propor a orientação geral e estratégias da política nacional de desenvolvimento regional e promover o desenvolvimento regional competitivo, equilibrado e sustentável, nas diferentes regiões do país.

FIGURA 1
Regionalização do México, derivada do PND (2013-2018)



Legenda:
Região Norte (vermelho): Baja California, Baja California Sur, Sonora, Chihuahua, Coahuila, Nuevo León, Tamaulipas, Sinaloa e Durango.
Região Centro (cinza): Aguascalientes, Colima, Distrito Federal, Guanajuato, Hidalgo, Jalisco, Estado de México, Michoacán, Morelos, Nayarit, Querétaro, San Luis Potosí, Tlaxcala e Zacatecas.
Região Sul-Sudeste (verde): Campeche, Chiapas, Guerrero, Oaxaca, Puebla, Quintana Roo, Tabasco, Veracruz e Yucatán.

Fonte: Programas regionales de desarrollo del Norte, Centro y Sur-Sureste (2014-2018).
Obs.: Imagem cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial).

Assim, mesmo no PNUD é estabelecido que, para alcançar o máximo potencial do país, é primordial que o desenvolvimento e as oportunidades cheguem a todas as regiões, setores e grupos da população.

É assim, em contexto institucional renovado, que é elaborada a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, como um guia primordial que oriente e determine a coordenação de esforços interssetoriais e intergovernamentais, para elaborar estratégias e programas regionais, visualizar e promover a criação de instrumentos de política pública, que fomentem o desenvolvimento equilibrado das regiões e chegar a um dos propósitos do governo, que é formar um país próspero e inclusivo.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional é definida como o instrumento orientador do planejamento e gestão a nível regional, do mesmo modo é a base para elaboração de estratégias e programas regionais de desenvolvimento. Ao estabelecer como objetivo principal “democratizar a produtividade para diminuir a brecha existente entre regiões do país em matéria de desenvolvimento econômico e bem-estar das pessoas”.